

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº
1.321.876 - RN (2012/0091690-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE
COSERN
ADVOGADOS : MARCOS JOAQUIM GONÇALVES ALVES - SP146961
ARIANE COSTA GUIMARÃES - DF029766
ISABELLA NOGUEIRA DE SÁ MATTOSO MAIA - DF050271
RECORRIDO : MUNICIPIO DE RUY BARBOSA
ADVOGADO : ARMANDO ROBERTO HOLANDA LEITE E OUTRO(S) -
RN000532
INTERES. : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADOR : MAGNA LETÍCIA DE AZEVEDO LOPES CÂMARA E
OUTRO(S) - RN001727

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 93, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. SUFICIÊNCIA DA FUNDAMENTAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 339/STF**. PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA, DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DOS LIMITES DA COISA JULGADA. ANÁLISE DA ADEQUADA APLICAÇÃO DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 660/STF**. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF**. SEGUIMENTO NEGADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto pela COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE COSERN, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 1.379):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE. DESCABIMENTO.

1. São inadmissíveis Embargos de Divergência para discutir aplicação de regra técnica de admissibilidade. Precedentes do STJ.
2. Agravo Interno não provido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos em parte, sem efeitos

infringentes, nos termos desta ementa (fls. 1.401/1.402):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. CABIMENTO DA MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ENTENDIMENTO DA CORTE ESPECIAL DO STJ. QUESTÃO RELEVANTE. OMISSÃO CONFIGURADA.

1. Inexiste omissão no que tange à parcela da decisão colegiada que rejeitou os Embargos de Divergência para discutir regra técnica de admissibilidade. Consta no voto condutor do acórdão embargado (fl. 1382, e-STJ): *"O precedente da Corte Especial, na realidade, ratificou que não são cabíveis Embargos de Divergência para discutir regra técnica de admissibilidade. Excepcionou, entretanto, a hipótese específica em que houver dissídio quanto à própria exegese relativa à incidência da regra técnica de admissibilidade. Não é essa a hipótese dos autos, pois o acórdão embargado se limitou a consignar que não era possível conhecer do Recurso Especial em razão da ausência de prequestionamento dos arts. 566, I, e 568, I, do CPC/1973. Em outras palavras, inexistiu discussão ou controvérsia, no acórdão embargado, a respeito do conceito e características do termo "prequestionamento". Registre-se que, no aresto indicado como paradigma (AgInt no AREsp 664.479/RN), não há sequer similitude fática com o caso dos autos, pois a discussão quanto à configuração do prequestionamento implícito se deu em relação à legislação que disciplina a observância do princípio da proporcionalidade (art. 2º da Lei 9.784/1999)".*

2. Diferentemente, procede a tese de omissão quanto ao tema dos honorários advocatícios. A complementação do acórdão embargado se impõe, para explicitar que a Corte Especial do STJ, no julgamento dos AgInt nos EAREsp 762.075/MT, concluiu ser devida a majoração dos honorários advocatícios em caso de rejeição liminar ou de desprovimento da pretensão recursal veiculada em Embargos de Divergência interpostos, como na hipótese dos autos, contra acórdão publicado na vigência do novo CPC.

3. Embargos de Declaração parcialmente acolhidos, nos termos acima, sem atribuição de efeitos infringentes.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 1.410/1.433), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que houve ofensa ao disposto nos artigos 5º, incisos XXXVI, LIV, LV e LXXVIII; 93, inciso IX; 150, § 6º; e 155, inciso II e § 2º, inciso XII, alínea "g", todos da Constituição Federal.

Alega, para tanto, que "são cabíveis Embargos de Divergência quando restar demonstrar a divergência entre turmas no que tange à aplicação da própria regra técnica" (fl. 1.419) e que, na hipótese, se comprovou "o prequestionamento dos arts. 566 e 568 do CPC/73 tidos por violados pelo recurso especial" (fl. 1.421).

Aduz também que "é o Estado do Rio Grande do Norte que deve proceder a arrecadação para posterior repasse ao Município" dos valores relativos a débitos de ICMS (fl. 1.426), de forma que "a concessionária de energia não se apresenta como devedora direta do Município Recorrido, pois o pagamento do ICMS somente pode ser realizado por pessoa política incumbida de instituí-lo e arrecadá-lo" (fl. 1.427).

Decorreu o prazo sem o oferecimento de impugnação, conforme certificado à fl. 1.436.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Quanto à alegada afronta ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, consoante a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, reafirmada no julgamento, sob o regime de repercussão geral, do AI-RG-QO n. 791.292/PE, "o artigo 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas" (Tema 339/STF).

A ementa do aresto foi sintetizada nos seguintes termos:

Questão de ordem. Agravo de Instrumento. Conversão em recurso extraordinário (CPC, art. 544, §§ 3º e 4º). 2. Alegação de ofensa aos incisos XXXV e LX do art. 5º e ao inciso IX do art. 93 da Constituição Federal. Inocorrência. 3. O art. 93, IX, da Constituição Federal exige que o acórdão ou decisão sejam fundamentados, ainda que sucintamente, sem determinar, contudo, o exame pormenorizado de cada uma das alegações ou provas, nem que sejam corretos os fundamentos da decisão. 4. Questão de ordem acolhida para reconhecer a repercussão geral, reafirmar a jurisprudência do Tribunal, negar provimento ao recurso e autorizar a adoção dos procedimentos relacionados à repercussão geral.

(AI 791.292 QO-RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 23/06/2010, REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO DJe-149 DIVULG 12-08-2010 PUBLIC 13-08-2010 EMENT VOL-02410-06 PP-01289 RDECTRAB v. 18, n. 203, 2011, pp. 113-118)

Na espécie, o acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, impugnado no recurso extraordinário, está de acordo com a orientação do Excelso Pretório, pois foram devidamente explicitadas razões suficientes para o colegiado negar provimento ao agravo interno nos embargos de divergência, hipótese distinta da ausência de motivação do julgado, que caracterizaria ofensa ao princípio constitucional da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais.

A propósito, cumpre transcrever a fundamentação do aresto (fls. 1.382/1.383):

O precedente da Corte Especial, na realidade, ratificou que não são cabíveis Embargos de Divergência para discutir regra técnica de admissibilidade. Excepcionou, entretanto, a hipótese específica em que houver dissídio quanto à própria exegese relativa à incidência da regra técnica de admissibilidade.

Não é essa a hipótese dos autos, pois o acórdão embargado se limitou a consignar que não era possível conhecer do Recurso Especial em razão da ausência de prequestionamento dos arts. 566, I, e 568, I, do CPC/1973.

Em outras palavras, inexistiu discussão ou controvérsia, no acórdão embargado, a respeito do conceito e características do termo "prequestionamento".

Registre-se que, no aresto indicado como paradigma (AgInt no AREsp 664.479/RN), não há sequer similitude fática com o caso dos autos, pois a discussão quanto à configuração do prequestionamento

Superior Tribunal de Justiça

implícito se deu em relação à legislação que disciplina a observância do princípio da proporcionalidade (art. 2º da Lei 9.784/1999).

No sentido de que permanece hígido o entendimento quanto ao descabimento dos Embargos de Divergência para discutir regra técnica de admissibilidade, cito os precedentes abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. INADEQUAÇÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. PRECEDENTES DO STJ.

(...)

4. É pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de que não se configura divergência entre julgados que confrontam aspectos da regra técnica de admissibilidade.

5. Agravo interno não provido (AgInt nos EREsp 1.445.348/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 17/10/2017).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REGRA TÉCNICA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO IMPUGNÁVEL PELA VIA ELEITA. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

1. Os embargos de divergência pressupõem a similitude fático-jurídica entre os julgados confrontados, com a menção de pontos que identifiquem ou aproximem os acórdãos paragonados e paradigmas.

2. Os embargos de divergência objetivam à uniformização da jurisprudência do Tribunal, razão pela qual não são cabíveis contra acórdão que aplicou regra técnica de admissibilidade para não conhecer de recurso especial.

3. Não caracterizada a similitude fático-jurídica entre os acórdãos embargados e paradigmas, inexistente configuração da divergência jurisprudencial, como exige o art. 266, § 1º, c/c o art. 255, § 2º, do RISTJ.

Agravo interno improvido (AgInt nos EAREsp 757.405/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 21/2/2017).

Com essas considerações, **nego provimento ao Agravo Interno.**

Assim, nos moldes definidos pela Corte Suprema, o aresto impugnado foi suficientemente fundamentado, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal decide em sentido contrário ao interesse da parte.

Saliente-se que o exame da referida questão constitucional nesta fase processual limita-se à análise acerca da existência de motivação suficiente para embasar o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão recorrido, não competindo a esta Vice-Presidência examinar se corretos os seus fundamentos, o que extrapolaria os limites da cognição inerente ao juízo de admissibilidade do recurso extraordinário.

Ademais, no julgamento do ARE n. 748.371 RG/MT, o Plenário do Excelso Pretório concluiu pela ausência de repercussão geral da questão relativa à suposta afronta aos princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal e dos limites da coisa julgada, se dependente de prévia violação de normas infraconstitucionais (Tema 660/STF), como é o caso dos autos, que trata acerca de pressuposto de admissibilidade recursal, qual seja, o prequestionamento.

O acórdão foi ementado nos termos abaixo:

Alegação de cerceamento do direito de defesa. Tema relativo à suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites da coisa julgada e do devido processo legal. Julgamento da causa dependente de prévia análise da adequada aplicação das normas infraconstitucionais. Rejeição da repercussão geral.

(ARE 748.371 RG, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 06/06/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-148 DIVULG 31-07-2013 PUBLIC 01-08-2013)

Por fim, da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que se concluiu pela ausência de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade necessários ao conhecimento do recurso pelo Superior Tribunal de Justiça, **o que impediu a análise do mérito recursal.**

Com efeito, na espécie, o acórdão impugnado no recurso extraordinário negou provimento à insurgência em razão da inviabilidade de discussão acerca de regra técnica de admissibilidade em sede de embargos de divergência.

E, consoante entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Repercussão Geral no RE n. 598.365 RG/MG, "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608.

(RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

No mesmo sentido, segue precedente do Pleno do Excelso Pretório:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. OBTENÇÃO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. QUESTÃO RELATIVA A PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. CARÁTER PROTETÓRIO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) **3. O Supremo Tribunal Federal já assentou a ausência de repercussão geral da questão relativa ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais, por restringir-se a tema infraconstitucional (Tema 181 - RE 598.365, Rel. Min. Ayres Britto).** 4. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários de sucumbência. 5. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(ARE 941152 AgR-EDv-AgR, Relator Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 29/06/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-163 DIVULG 10-08-2018 PUBLIC 13-08-2018)

Dessarte, tendo em vista que o acórdão ora recorrido não proferiu juízo de mérito na causa, não há repercussão geral na espécie, tendo incidência o Tema 181/STF.

E, exatamente por isso, vale dizer, a não análise do mérito, fica inviabilizado o exame das questões suscitadas neste recurso extraordinário, relacionadas à apontada ofensa aos artigos 5º, incisos XXXVI e LXXVIII; 150, § 6º; e 155, inciso II e § 2º, inciso XII, alínea "g", todos da Constituição Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", primeira e segunda partes, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente